

4to Coloquio Internacional Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendientes en América Latina. Políticas públicas: posibilidades, obstáculos, y desafíos

POVOS INDÍGENAS E A COLABORAÇÃO INTERCULTURAL

Possibilidades, obstáculos e desafios na Univesidade Federal Mato Grosso do Sul

ANTONIO HILARIO AGUILERA URQUIZA - UFMS

O presente texto é uma primeira aproximação acerca da realidade dos povos indígenas no Estado de Mato Grosso do Sul e os desafios de construção, nas Universidades, de modalidades de colaboração intercultural, com especial ênfase para o contexto da UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), a Instituição de Ensino Superior (IES) mais antiga do Estado.

Trata-se de uma apresentação no contexto do IV Colóquio “Educação Superior e Povos Indígenas e Afrodescendentes na América Latina. Políticas públicas: possibilidades, obstáculos e desafios”, a qual pretende apresentar alguns dados acerca dos povos indígenas e o ensino superior no Estado de Mato Grosso do Sul, a partir de suas quatro maiores universidades (UCDB, UFGD, UEMS e UFMS), e o fato de ter a segunda maior população indígena do país. Nos últimos anos, conforme Mato (2015, p. 5),

Han sur-gido licenciaturas, diplomados y diversos tipos de programas especiales orientados a la inclusión de personas indígenas en universidades y otras IES “convencionales” (aquellas que no han sido creadas para responder a necesidades, demandas o propuestas de comunidades de pueblos indígenas o afrodescendientes.).

Também no Brasil e, especificamente nesta região central, essas quatro universidades ditas “convencionais”, vêm procurando responder, cada uma a sua maneira, às demandas dos povos indígenas por educação superior. No caso da UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul), com a Lei Estadual nº 2.589 de 2002, a qual dispõe sobre a reserva de vagas para indígenas, esta universidade passa a reservar 10% de vagas para estudantes indígenas a partir de 2003. Nesses quatorze anos, muitos entraram pelas cotas (mesmo assim, ainda sem completar todas as vagas das cotas, por dificuldades de acesso, falta de informação, dificuldades financeiras e de deslocamento das aldeias até a cidade), no entanto, apesar da atuação significativa do Programa Rede de Saberes (Permanência de indígenas no Ensino Superior), desde 2005, muitos evadiram, antes de concluírem o curso de graduação.

A UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados), criada em 2005 e, a partir do ano seguinte, juntamente com professores e lideranças do povo Kaiowá e Guarani, criou a Licenciatura Intercultural Teko Arandu (viver com sabedoria), a qual recebe todos os anos, com vestibular diferenciado, ao redor de 60 professores indígenas da região sul do estado.

Em 2016, a UFGD celebrou 10 anos do curso e realizou a formatura da terceira turma, com a presença da professora Rita Gomes do Nascimento, representante do MEC e indígena da etnia Potiguara. No entanto, somente a partir da Lei Federal nº 12.711, de 2012, esta universidade passa a aceitar indígenas em seus cursos regulares.

A UCDB (Universidade Católica Dom Bosco), uma instituição comunitária, tem um longo histórico de estar aberta à inclusão de indígenas em seus cursos regulares. Desde 2005 conta com a atuação constante do Programa Rede de Saberes e, nos últimos anos a reitoria aprovou a isenção total de mensalidades para estudantes indígenas, por tratar-se de uma universidade que não é pública. Inicialmente os indígenas acessavam cursos de licenciatura, nas áreas de pedagogia, história e

educação física. Na atualidade, essa procura tem se diversificado para cursos nas áreas da saúde e tecnológicas.

Quanto à UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), a qual será nosso foco de maior interesse nesse estudo, foi criada nos anos de 1970 e, de certo modo, sempre esteve atrelada à classe dominante regional, especialmente a do agronegócio, marcada, dessa forma, por forte conservadorismo e relações hierárquicas de poder, com predomínio das barreiras socioeconômicas de acesso às classes menos privilegiadas e minorias, como os indígenas. Mesmo assim, por conta de sua institucionalização em várias unidades no interior do Estado (atualmente está presente em 11 Municípios) e a presença de cursos e licenciaturas mais populares (pedagogia, história, geografia, educação física, dentre outros), em unidades como a de Aquidauana, por exemplo, consegue ter uma expressiva presença de indígenas, especialmente da etnia Terena.

Dessa forma, mesmo contra todas as expectativas, tendo em vista as dificuldades logísticas, preconceitos e práticas discriminatórias no interior da Universidade, alguns indígenas conseguiram, a partir dos anos de 1980, romper estas barreiras e concluir sua graduação, quase sempre nas áreas de humanas e licenciaturas.

Como constata Mato (2015, p. 9), quando trata da relação entre universidades e povos indígenas na América Latina:

Es un universo constituido por experiencias muy diferentes entre sí. Esta diversidad no resulta sorprendente considerando que se trata de universidades y de comunidades y organizaciones indígenas muy diversas y en sociedades nacionales también muy disímiles.

Esta mesma constatação é recorrente em nosso estudo, conforme descrito rapidamente cima; ou seja, quatro universidades, sendo duas federais, uma comunitária e uma estadual. Cada uma a sua maneira e a seu tempo, vem enfrentando as demandas dos povos indígenas por educação superior e, ultimamente, pela pós-graduação. Assim, na atualidade, está presente a demanda pela pós-graduação, com destaque para a UCDB, a qual possui vários indígenas cursando mestrado e doutorado. A UFMS, institui pela primeira vez, em 2017, quotas para indígenas na pós-graduação em Antropologia, contando com a presença de dois alunos aprovados.

Enquanto em outras IES mais recentes, como a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), as políticas de ações afirmativas, de inclusão de indígenas e afrodescendentes, têm início há mais de 15 anos, na UFMS, somente nos últimos anos, por conta de uma Lei Federal de 2012 (Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012), que institui a política de cotas nas IES Federais, começam os primeiros movimentos para acolher estas categorias sociais, ainda de maneira muito tímida e sem grandes investimentos físicos e curriculares. Para compreender essas trajetórias acadêmicas de indígenas e o acesso à educação superior, torna-se importante um rápido panorama acerca da realidade destes povos nessa região do Brasil, com destaque para o contexto de recente colonização e perdas territoriais.

Os povos indígenas em Mato Grosso do Sul e a educação superior

Antes de entrar diretamente no tema desse IV Colóquio, é de fundamental importância conhecer o contexto onde nasceram as lutas indígenas por uma educação específica e diferenciada e, conseqüentemente, o empenho por ter a possibilidade de acesso ao ensino superior.

O Estado de Mato Grosso do Sul possui uma das mais significativas populações indígenas do País, ao redor de 82 mil pessoas das etnias Guarani-Ñandeva, Guarani-Kaiowá, Terena, Kadiwéu, Kinikinau, Guató, Camba, Atikum e Ofaié. Com exceção dos Kadiwéu, os demais vivem em contextos marcados pela perda territorial e correspondente confinamento em terras reduzidas,

com os recursos naturais profundamente comprometidos, os quais não oferecem mais condições para a sua sustentabilidade.

Em decorrência dessa situação, significativa parcela da população indígena regional vive hoje em espaços urbanos, verificando-se uma intensa inserção no entorno regional como assalariados, em precárias condições, nas usinas de produção de açúcar e álcool e, na atualidade, muitos dentro das próprias aldeias, como professores, servidores em escolas, postos da FUNAI, agentes de saúde, entre outros. Como resultado desse processo histórico de confinamento verifica-se o comprometimento crescente da sua sustentabilidade e autonomia, algo que poderá, na visão desses povos, ser ofertado pela educação superior. É importante ressaltar que o processo de perda territorial veio acompanhado, historicamente, pela imposição de “nossas escolas” e “nossas Igrejas”, instituições que desempenharam um papel importante na tentativa de “integração” dos índios à sociedade nacional, um dos objetivos almejados pelo confinamento (Cf. NASCIMENTO et al, 2012).

Por isso, a não garantia dos territórios indígenas e de seus recursos naturais não pode ser dissociada do longo e sistemático processo histórico de negação da diversidade ambiental e cultural, aspecto central dos projetos de construção do Estado Nacional e da perspectiva monocultural de desenvolvimento, frente aos quais, a persistência dos povos indígenas representava o risco de fragmentações políticas e/ou sinal de atraso. Por isso, a apropriação dos territórios indígenas e o esbulho das suas riquezas naturais traduziram-se, também, num esforço de homogeneização cultural.

Historicamente, os povos indígenas no Brasil e, particularmente no Estado de Mato Grosso do Sul, passam por sistemáticas perdas de seus territórios tradicionais, que aos poucos vão sendo apropriados pelo avanço das frentes de ocupação agropastoril. No caso emblemático dos Kaiowá e Guarani, o próprio Estado Brasileiro, através do SPI (Serviço de Proteção ao Índio, criado em 1910) “reserva” e demarca oito áreas, entre 1917 e 1928, com a explícita intenção de agrupar estes indígenas, até então “esparrramados” por amplo território, em pequenas áreas e liberar o restante do território para a ocupação das novas frentes de colonização.

Em consequência, o maior desafio enfrentado pelos povos indígenas, histórica e atualmente, diz respeito à posse dos territórios tradicionais, base necessária para a sua sustentabilidade e autonomia. A realidade atualmente é de extrema fragilidade social e de segurança alimentar, caracterizada pela dependência de programas do Governo Federal (Bolsa Família, aposentadoria, Fome Zero, entre outros). Muitas das tradicionais práticas culturais estão comprometidas, assim como as formas próprias de organização social e políticas, tendo como uma das consequências imediatas a disseminação da fragmentação das relações sociais, o alcoolismo e as várias formas de violência.

Apesar deste cenário aparentemente desolador, por outro lado, os povos indígenas podem celebrar um momento decisivo na sua relação com o Estado Brasileiro, quando este na Constituição Federal de 1988, ao reconhecer e determinar o respeito à organização social, às línguas, às crenças, entre outros, além das terras tradicionalmente ocupadas por cada povo indígena, garante a autonomia indígena nesses aspectos, orientando e determinando a ação do próprio Estado. Daí a importância do suporte da Universidade, como espaço que pode oferecer novas formas de conhecimento destes direitos adquiridos, que em parceria com os conhecimentos tradicionais poderão contribuir fortemente para a gestão de seus territórios.

Conforme Nascimento (2012), alguns importantes avanços verificados devem ser atribuídos à luta cada vez mais organizada dos próprios povos indígenas, que adquiriram significativa visibilidade no cenário nacional e mundial, criando centenas de organizações indígenas e ocupando um crescente número de espaços nas administrações públicas, locais, regionais e nacionais. Esses avanços

verificaram-se, em especial, no campo da educação escolar, no qual, de forma bastante lenta, os gestores públicos vão reconhecendo o direito dos indígenas a desenvolverem projetos político-pedagógicos próprios, nos quais a língua materna ocupa um espaço de grande relevância, não mais enquanto “língua de trânsito” para o português, mas como língua própria, que expressa um complexo sistema de comunicação.

O conceito de autonomia deve ser entendido aqui na perspectiva da Constituição de 1988 (garantidora de direitos e que exige o dever do Estado) e das lutas indígenas atuais e está cada vez mais presente nas demandas indígenas, sendo argumento recorrente nas discussões envolvendo a recuperação de territórios e das condições de sustentabilidade dentro desses territórios e a necessidade de melhores escolas nas aldeias e de maior acesso à formação acadêmica e à tecnologia, entre outros. Sob a ótica indígena, autonomia é um conceito em construção e diretamente relacionado às lutas de cada povo, a partir de sua cultura e de suas experiências históricas de enfrentamento no entorno regional.

A UFMS e o Programa Rede de Saberes – primeiras ações afirmativas

Após este breve panorama acerca da realidade regional, pretendemos voltar a discutir o papel das Universidades e as políticas afirmativas para acadêmicos indígenas, pois estes, em um futuro próximo serão os intelectuais e líderes destes povos, aqueles que assumem, crescentemente, um papel cada vez mais relevante nos processos de intermediação e negociação em contextos regionais, nacionais e globais, cada vez mais complexos. Diante disso, destaca-se a importância do debate acerca do papel das IES, especialmente as instituições públicas que, historicamente, constituíram um espaço reservado às elites brasileiras e que, nesse momento, oferecem projetos direcionados aos povos indígenas e outros grupos minoritários.

Na atualidade são duas as principais modalidades de ensino superior ofertadas para estudantes indígenas no Brasil, tanto em universidades públicas federais e estaduais, como nas particulares: a licenciatura intercultural e as vagas suplementares ou reserva de vagas. A primeira modalidade tem como objetivo prioritário atuar na formação de professores indígenas. A segunda modalidade, por outro lado, cada vez mais comum, direciona candidatos indígenas para a formação em um conjunto de outros cursos regulares oferecidos pelas IES, com o objetivo de formar profissionais indígenas para atuar prioritariamente junto às suas comunidades de origem em áreas como: odontologia, medicina, enfermagem, agronomia, biologia e mais uma variedade de cursos de graduação. Soma-se a estas modalidades de políticas públicas a tradicional iniciativa própria de muitos(as) estudantes que concorrem aos tradicionais processos seletivos das IES.

Percebemos que os acadêmicos indígenas, que na atualidade demandam por acesso às Universidades, vêm de povos que enfrentam uma longa e histórica luta contra a exclusão e o preconceito, fato que marca a sua relação com o entorno regional e aumenta o anseio em ver as novas gerações dominando as “ferramentas dos brancos”, no sentido de retomarem a autonomia de seus territórios.

As IES em Mato Grosso do Sul, ao mesmo tempo em que passaram a ser aspiração para muitos jovens indígenas, também refletem e têm contribuído para a reprodução desse quadro regional de exclusão, apesar de projetos e atividades (por exemplo: licenciaturas, cotas) que têm contribuído para respostas parciais a algumas demandas importantes dos acadêmicos indígenas. Esses apoios, embora limitados, são percebidos pelos próprios acadêmicos indígenas como de grande relevância política porque, somados ao seu empenho pessoal e coletivo, têm permitido resultados significativos, tendo em vista, especialmente, que ainda inexitem no Brasil políticas públicas adequadas.

Veremos, na sequência, as primeiras políticas adotadas por estas IES para o acolhimento dos(as) estudantes, no âmbito do Programa Rede de Saberes, no Estado de Mato Grosso do Sul, a partir de 2005.

Concretamente temos estudantes indígenas em número significativo em duas IES de Mato Grosso do Sul, no início do século XXI, cada uma com sua história e especificidades. A UEMS, pública, nasce com o objetivo de ser uma universidade com forte inserção no interior do Estado e, por esta identidade pública e de interior, é levada a implantar o sistema de cotas para negros e índios já a partir de 2003. Assim, a UEMS implanta política de cotas para negros (15%) e índios (10%) , como vimos acima, mas sem nenhuma política de permanência e sem qualquer preocupação em adaptar a Universidade para receber os(as) cotistas.

Constatamos, dessa maneira, que ao final do período de estudos de graduação, ao redor de 20% dos estudantes indígenas terminam seus respectivos cursos, sendo dois dos principais motivos das desistências o fator econômico e a relação com os professores que não entendiam as especificidades culturais dos indígenas. Essa realidade persiste, ainda que tenha melhorado os indicadores de permanência, sobretudo, a partir da presença do Programa Rede de Saberes.

Desde o início esse programa tem tentado aprender a articular saberes no sentido de conhecimentos acumulados, modos de produção de conhecimentos, e modos de comunicação; sua forte vinculação com os entornos sociais dos quais fazem parte; aprender precisamente as maneiras nas quais [práticas] interculturais conseguem articular pesquisa com docência, com extensão e com vinculação com a comunidade (MATO, 2010, p. 4). A partir da criação do Programa Rede de Saberes, em 2005, uma parceria inicial entre a UEMS e a UCDB, com financiamento da Fundação Ford, assume como objetivo explícito a permanência de indígenas no ensino superior. Constata-se, dessa forma que as ações iniciais não focam o ingresso, pois os indígenas já se encontravam no ensino superior, mas a permanência. Como garantir que estes estudantes indígenas que chegaram até a Universidade nela permaneçam? Quais estratégias poderiam ser desenvolvidas para garantir o sucesso deste grupo minoritário em meio a um universo completamente adverso e hostil, repleto de representações preconceituosas e etnocêntricas (índio é preguiçoso, cheira à fumaça, não é inteligente, não entende a língua portuguesa, não aprende) que é a universidade?

A partir destes questionamentos e da experiência acumulada no primeiro triênio, o Programa Rede de Saberes em 2008 passa a agregar outras duas universidades: a UFGD, com importante grupo de estudantes Kaiowá e Guarani da Licenciatura e a UFMS, com grupo menor de estudantes indígenas na região de Aquidauana, ingressantes através do vestibular tradicional. Somente em 2010 a UFMS institui no campus de Aquidauana o curso de Licenciatura Intercultural para formação de professores indígenas.

Essa história da implantação do Programa Rede de Saberes ocorre em cada instituição com características próprias e com presenças diferenciadas de estudantes indígenas: UEMS com políticas de acesso (cotas), mas não de permanência; UCDB com políticas de permanência (bolsas), mas acesso universal; a UFGD com política de acesso (Licenciatura específica) mas sem políticas de permanência; e a UFMS sem nenhuma política específica para estudantes indígenas, o que vem a ocorrer somente a partir de 2012.

O Programa em questão procura viabilizar junto aos estudantes indígenas, que as trajetórias individuais ganhem um sentido coletivo, construído na própria confluência entre elas, no fortalecimento da temática e de sua presença no ambiente universitário e na focalização de seus vínculos com as comunidades de onde provêm. O apoio que para tanto lhes é oferecido opera em várias frentes. No cotidiano dos estudantes, o Programa Rede de Saberes não podia dispor das condições nem do mandato institucional para atuar no nível mais elementar de necessidades

materiais dos alunos indígenas: “casa, comida e transporte”. Na prática das relações humanas entre a equipe de trabalho e os alunos, porém, o apoio teve que ser pelo menos cogitado, também neste nível, bem como no amparo emocional para que eles pudessem enfrentar as dificuldades iniciais que, tendo aí sua dimensão mais básica, muitas vezes se ligam à adaptação aos meios universitário e urbano e à vida de afastamento dos parentes e da aldeia de origem.

Quanto ao aspecto institucional, o Programa Rede de Saberes propôs, entre outras ações, a realização de capacitações para técnicos-funcionários e docentes, com a meta de debater temas como conceitos de cultura, diversidade cultural, povos indígenas no Brasil e em Mato Grosso do Sul, legislação e direitos dos povos indígenas. A intenção (produto) desta ação foi a tentativa de diminuição do preconceito entre técnicos e docentes em relação aos estudantes indígenas, em especial naqueles órgãos de contato direto com estes(as) acadêmicos(as): biblioteca, secretarias, tesouraria, entre outros.

Na dimensão da relação entre professores e alunos(as) indígenas, além das capacitações relatadas no parágrafo anterior, potencializa-se junto aos docentes a importância dos indígenas na Universidade, por meio da designação de professores monitores para acompanhar alunos(as) indígenas com dificuldades localizadas em algumas áreas do conhecimento, em especial a Matemática e a Língua Portuguesa. Deu-se grande ênfase a professores com pesquisa na temática indígena para acolher indígenas bolsistas como “iniciantes pesquisadores” (PIBIC).

As ações afirmativas diretamente relacionadas aos alunos e alunas indígenas contemplam várias atividades: desde monitorias e tutorias (relatadas no parágrafo anterior), passando pela possibilidade da fotocópia gratuita e por um espaço próprio de convivência entre os(as) estudantes. Um conjunto de ações afirmativas que juntas favoreceram e continuam a favorecer a permanência de indígenas no ensino superior.

Percebe-se, dessa forma que, concomitante às políticas de acesso, estas ações aparentemente pontuais, mas que compõem um complexo e amplo leque de apoios concretos no cotidiano dos(as) acadêmicos(as) indígenas, contribuem para a permanência nas IES. As duas Universidades Federais (UFMS e UFGD) que aderiram posteriormente ao programa Rede de Saberes desenvolvem menos ações individuais, se comparadas à UEMS e à UCDB. Apenas a partir de 2013 aquelas irão oferecer a monitoria/tutoria e o incentivo a participação em pesquisas. No caso da UFMS, o Programa Rede de Saberes atua apenas no Campus de Aquidauana.

Todas estas ações, inclusive coletivas, como eventos, convertem-se em um investimento no sentido de reverter o ambiente antes hostil, em um espaço ressignificado em que todos revejam seus preconceitos e ampliem seu repertório de alianças, onde jovens indígenas possam conviver melhor e de forma respeitosa no ambiente universitário.

Para finalizar este item, pode-se dizer que dos elementos relatados anteriormente, o que causou maior impacto entre os(as) estudantes indígenas, em termos de sociabilidade, valorização identitária e aumento da autoestima foi a criação de um espaço coletivo para uso destes estudantes. Trata-se de uma sala de informática identificada como sala do Programa Rede de Saberes, para estudos, elaboração de trabalhos e, ao mesmo tempo, lugar de encontros e de identificação espacial dos(as) estudantes indígenas no interior das IES. Este espaço causou impacto tanto entre os(as) estudantes indígenas, como entre os demais estudantes, pois passaram a dar-se conta de que aqueles existiam e dividiam os mesmos espaços acadêmicos; aliás, que os estudantes indígenas tinham um espaço especial dentro da Universidade. Com o tempo, uma leve animosidade inicial acabou sendo dissolvida quando amigos(as) dos(as) acadêmicos também começaram a frequentar este espaço.

Ações da UFMS e os/as estudantes indígenas

Conforme afirmado anteriormente, há tempos que a UFMS, no Campus de Aquidauana vem acolhendo estudantes indígenas, em seus cursos regulares e, a partir de 2010, no curso de Licenciatura Intercultural Específica (Povos do Pantanal). No entanto, somente a partir de 2012, esta Universidade passa a aceitar indígenas pelo sistema de cotas, conforme veremos a seguir.

A lei federal (Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012) que dispôs sobre o ingresso nas universidades federais e que regulamentou a inclusão de pessoas autodeclarados pretos, pardos e indígenas foi aprovada em 2012, e o decreto (Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012) que a regulamenta foi aprovado em outubro do mesmo ano. Tais regulamentações garantiram o acesso, por meio de legislação federal, de indígenas à Educação Superior, em todo o país, assim como também, na UFMS.

A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) cumpriu a determinação legal e iniciou o processo de inclusão conforme determinado pela referida lei por meio do Sistema de Seleção Unificado (SiSU) no processo seletivo do verão de 2013. Prevendo as dificuldades da permanência de indígenas e afrodescendentes na educação superior, a UFMS ao mesmo tempo aderiu ao Programa Bolsa Permanência do MEC (PBP/MEC), cujas finalidades são: viabilizar a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas; reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil; e, promover a democratização do acesso ao ensino superior, por meio da adoção de ações complementares de promoção do desempenho acadêmico.

O PBP/MEC é uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas.

Esse programa consiste em repasse financeiro que tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Seu valor, estabelecido pelo Ministério da Educação, é equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de iniciação científica, atualmente de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) (BRASIL, 2012).

Para estudantes indígenas e quilombolas é garantido o valor de R\$ 900,00 (novecentos reais) atualmente, em razão de suas especificidades com relação à organização social de suas comunidades, condição geográfica, costumes, línguas, crenças e tradições, amparadas pela Constituição Federal. Ademais, os estudantes indígenas e quilombolas matriculados em cursos de licenciaturas interculturais para a formação de professores também farão jus a bolsa de permanência durante os períodos de atividades pedagógicas formativas na IFES, a bolsa de permanência até o limite máximo de seis meses (BRASIL, 2012).

Parece relevante considerar que a política de reserva de vagas garantiu mais acesso de pessoas autodeclaradas indígenas. Entretanto, anteriormente o acesso ocorria, de forma tímida, por ampla concorrência, sem políticas específicas. Dessa forma, constata-se um relativo aumento de indígenas em outros campus da UFMS, impulsionados pela lei nº 12.711/2012.

A atual gestão administrativa da UFMS propõe a criação de um setor específico para tratar de assuntos correlatos às minorias, os quais são percebidos como sujeitos das ações e políticas de acesso e permanência da instituição. Assim, em fevereiro/2017, foi criada a Seção de Ações Afirmativas (Seafi/Diaaf/Proaes), vinculada à Divisão de Acessibilidade e Ações Afirmativas, com a meta de acompanhar as demandas desse seguimento estudantil.

Uma das competências desse setor é a de desenvolver políticas de ações afirmativas na instituição, ou seja, pensar políticas públicas para o acesso e permanência de discentes negros, indígenas e diversidade de gênero e sexual. Pensar também ações que visem combater a

discriminação e o preconceito na comunidade acadêmica, de forma a propiciar a permanência desse seguimento na Universidade.

A partir da lei de reserva de vagas, garantir o acesso, permanência e sucesso das minorias tem requerido atuação intensa das instituições federais, tanto na UFMS como em outras instituições. Pensar, propor e agir as políticas públicas desse público estão em seus primeiros passos na UFMS e ainda apresentam um longo caminho a ser percorrido para o fortalecimento e garantia da formação efetiva dessa parcela da população.

Considerações Finais

Após confirmar a constatação de Mato (2015), acerca da diversidade de programas de acolhida das demandas de indígenas por educação superior na América Latina, particularmente na região central do Brasil, comentamos algo acerca das características das principais universidades de Mato Grosso do Sul e sua relação histórica com os povos indígenas, cada uma, a sua maneira, dando suas respostas às demandas desses povos.

Por outro lado, constatamos que os povos indígenas estão inseridos em um contexto de profundas desigualdades, relações de poder assimétricas e marcadas por situações de colonialidade, às quais dificultam a construção de um processo consistente de acesso e permanência nas universidades ditas “convencionais”.

Outro elemento importante a ser destacado, é que diante de tamanha diversidade constada na América Latina, em que temos desde universidades interculturais estatais no México, por exemplo, e universidades indígenas no Equador e Bolívia, no Brasil, ao contrário, ainda estamos debatendo a possibilidade de ir além da mera inclusão e permanência de indígenas na educação superior. Como diz Fernandes (2016, p. 43) “não é somente a presença de atores nas instituições de ensino superior, mas a inclusão de seus saberes nos delineamentos curriculares, epistêmicos e metodológicos”. Em outras palavras, para além da simples inclusão, a qual já significa um avanço, trata-se mais bem, de lutar para que se incluam conhecimentos “outros”, nos currículos marcados pelo engessamento das epistemologias eurocêntricas.

Tendo em vista que o colonialismo foi mais do que um sistema de exploração econômica e de dominação política, podendo mesmo ser entendido como um modo de percepção do mundo e de enquadramento da vida social, a sua superação só será possível, com a modificação dos currículos acadêmicos, das nossas universidades “convencionais”.

Por outro lado, mesmo sabendo que estes estudantes indígenas recebem toda uma carga de conteúdos eurocêntricos, situação que dificulta sua permanência e violenta sua cosmologia, ainda assim, a universidade é um espaço de construção de autonomia para seus povos.

Após esses últimos anos de acesso massivo de indígenas nas instituições de ensino superior fica patente a mudança no perfil de suas jovens lideranças, com a aquisição de novas ferramentas, nas mais diversas esferas da atuação, como o direito, a agronomia e a área da saúde e administração pública. Muitos/as jovens indígenas, passam a liderar suas comunidades e ocupar espaços antes dominados pelos não indígenas, o que leva a antever, para o médio prazo, a retomada da autonomia na gestão de seus territórios tradicionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILERA URQUIZA, A. H. & NASCIMENTO, Adir C. REDE DE SABERES – políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior para indígenas no Mato Grosso do Sul. Col. Estudos Afirmativos. Vol. 01. Rio de Janeiro: FLACSO, 2013.

BRASIL. O que é o Programa de Bolsa Permanência? (2012); Disponível em:
<<http://permanencia.mec.gov.br/index.html>> Acesso em 12 de junho de 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - (Censo 2010):

(ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_dos_Indigenas/pdf/).

MATO, Daniel. Pueblos indígenas, Estados y educación superior. Aprendizajes de experiencias en varios países de América Latina potencialmente útiles a los procesos en marcha en Argentina. In: Cuadernos de Antropología Social. Nº 41 (2015); pp. 5-23

MATO, Daniel. “Universidades Indígenas en América Latina. Experiencias, logros, problemas, conflictos y desafíos”. Revista Inclusión Social y Equidad en la Educación Superior; 2014; pp. 17-45.

NASCIMENTO, A.C; BRAND, A.J; AGUILERA URQUIZA, A. H. Acadêmicos indígenas em Mato Grosso do Sul: negociação entre saberes para a construção da autonomia. In: AYAS SISS, A. M; DUPRET, Leila (Org.) Educação e debates etnicorraciais. Rio de Janeiro: Quartel/EDUR, 2012, p. 114-137